



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

126

Processo : **13637.000157/95-62**

Sessão : 22 de outubro de 1996

Recurso : **98.834**

Recorrida : LECY ATAÍDE DO NASCIMENTO

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

D I L I G Ê N C I A N.º 203-00.540

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
LECY ATAÍDE DO NASCIMENTO.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do relator.**

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1996

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Sebastião Borges Taquary'.
Vice-Presidente no exercício da Presidência

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Celso Angelo Lisboa Gallucci'.
Relator

/eaal/CF/GB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

1027

Processo : 13637.000157/95-62
Diligência : 203-00.540

Recurso : 98.834
Recorrente : LECY ATAÍDE DO NASCIMENTO

RELATÓRIO

O contribuinte em epígrafe impugnou o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR do exercício de 1994, relativo ao imóvel inscrito na Receita Federal sob o nº 3650652.4, argumentando que se equivocou quando declarou o Valor da Terra Nua-VTN. Em abono do que alegou, juntou o Documento de fls. 04 assinado por engenheiro agrônomo.

A autoridade julgadora de primeiro grau manteve o lançamento em decisão assim ementada:

“IMPOSTO TERRITORIAL RURAL INSUFICIÊNCIA/INEXISTÊNCIA DE PROVAS - LANÇAMENTO RATIFICADO”

O artigo 29 do Decreto 70.235/72 assegura à autoridade administrativa julgadora a formação de sua livre convicção. Julgadas insuficientes ou inexistentes as provas acostadas aos autos, ratificada estará a presunção de legitimidade de que goza o lançamento tributário, solucionando o litígio em primeira instância.

Lançamento procedente”.

Inconformado, o contribuinte interpôs o Recurso de fls. 19, no qual reitera a alegação trazida na impugnação, juntando, agora, novo laudo técnico assinado pelo mesmo engenheiro agrônomo que assinou o Parecer de fls. 04.

A Procuradoria da Fazenda Nacional de Juiz de Fora-MG, nas Contra-Razões de fls. 24, defendeu a manutenção da decisão recorrida.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13637.000157/95-62
Diligência : 203-00.540

628
VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI

O recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

Entendo, para melhor julgar, que se faz necessário esclarecer, junto à EMATER-MG, se o Laudo de fls. 20 é de responsabilidade daquele órgão. Caso a responsabilidade seja apenas do engenheiro agrônomo signatário, deverá a recorrente juntar a comprovação da habilitação do profissional junto ao CREA e a respectiva ART.

Voto, pois, no sentido de se converter o julgamento do recurso em diligência, a fim de que sejam prestadas as informações acima.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1996

A handwritten signature in black ink, appearing to read "CELSO ÂNGELO LISBOA GALLUCCI", is written over a horizontal line. The signature is fluid and cursive.